

▶ **continuação** tenha sob sua gestão outras Entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados. O Ambulatório Médico de Especialidades Maria Zélia apresentou a seguinte produção:

Produção 2017 - Ambulatório Médico de Especialidades Maria Zélia	
Linha de Atendimento	
Atendimento Ambulatorial - Total	
Consultas médicas especializadas	403.560
Atendimentos não médico	121.670
Cirurgia Ambulatorial	28.598
Sessões de Fisioterapia	7.014
SADT Total	16.480
SADT Total	229.798
Farmácia	
Medicamentos Distribuídos - Total	
	37.928.937

8 - Relatório de Execução do Contrato de Gestão

Relatório de Execução do Contrato de Gestão - 2017

Linha de Contratação	1º Semestre		2º Semestre		Total	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
Consulta Médica - Total	66000	61539	66000	60131	132000	121670
Atendimento Não Médico - Total	19788	21764	19788	23314	39576	45078
HD / Cirurgia Ambulatorial - Total	3384	3387	3384	3627	6768	7014
SADT Externo - Total	6138	7226	6138	7155	12276	14381

Primeira Consulta Odontológica

*Observação: O Serviço de Odontologia, segundo as diretrizes da SES/SP, encerrou-se em Julho de 2016.

Linha de Contratação

Medicamentos Distribuídos - Total	1º Semestre		2º Semestre		Total	
	Meta Proposta	Resultado Alcançado	Meta Proposta	Resultado Alcançado	Meta Proposta	Resultado Alcançado
Atendimentos - Total		530.970		519.489		1.050.459
Pacientes Atendimento Guichê		185.886		190.019		375.905
Pacientes Atendimento Triagem		80.988		58.553		139.541
Pacientes Atendidos Programa Dose Certa		20.849		12.560		33.409
Pacientes Atendidos Programa Medicamento em Casa		178.566		183.308		361.874
Programa Clínica TRS (Terapia Renal Substitutiva)		34.723		34.547		69.270
Polo de Triagem Administrativa		24.880		15.798		40.678
Acessa SUS		5.078		24.704		29.782

9 - Contribuições Sociais: Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e à portaria 834/16 do Ministério da Saúde, a Instituição encontra-se certificada junto ao CEBAS SAÚDE conforme processo nº 25000.003623/2018-01 MS fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Os montantes das isenções usufruídas durante o exercício se encontram registrados em contas específicas de receitas e totalizam R\$ 1.252.801,49 (Um milhão, duzentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e um reais e quarenta e nove centavos). Em 02 de Setembro de 2015, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 faz referência que os tributos objeto de renúncia fiscal não precisam ser registrados como se fossem devidos, bastando relacioná-los nas notas explicativas. Em face de Entidade ter como área de atuação preponderante a da Saúde, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na portaria 834/16, a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área

Pacientes atendidos em Farmácia de Alto Custo - Total	548.855
Pacientes atendimento gichê	375.905
Pacientes Atendimento triagem	139.541
Pacientes atendimentos Programa Dose Certa	33.409
Pacientes atendidos em Farmácia de Alto Custo/Programa Medicamento em casa	431.144
Pacientes atendidos Medicamento em Casa	361.874
Programa Clínica TRS (Terapia Renal Substitutiva) pacientes atendidos	69.270
Outros atendimentos Farmácia Total	70.460
Polo de Triagem Administrativa	40.678
Acessa SUS	29.782
Total de Atendimentos Farmácia Ame Maria Zélia	1.050.459

Linha de Contratação	1º Semestre		2º Semestre		Total	
	Meta Proposta	Resultado Alcançado	Meta Proposta	Resultado Alcançado	Meta Proposta	Resultado Alcançado
Medicamentos Distribuídos - Total		17.397.238		20.531.699		37.928.937
Atendimentos - Total		530.970		519.489		1.050.459
Pacientes Atendimento Guichê		185.886		190.019		375.905
Pacientes Atendimento Triagem		80.988		58.553		139.541
Pacientes Atendidos Programa Dose Certa		20.849		12.560		33.409
Pacientes Atendidos Programa Medicamento em Casa		178.566		183.308		361.874
Programa Clínica TRS (Terapia Renal Substitutiva)		34.723		34.547		69.270
Polo de Triagem Administrativa		24.880		15.798		40.678
Acessa SUS		5.078		24.704		29.782

da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz em seu artigo 30 que na análise das demonstrações contábeis serão observadas prioritariamente: - Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso II alínea "d") e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso III alínea "C"). Para cumprir o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos. **9.1 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme descrito no item 9 - Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a unidade gerenciada usufruiu no Exercício de 2017, da Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica no montante R\$ 5.022.680,86 (Cinco milhões, vinte e dois mil, seiscentos e oitenta reais e oitenta e seis centavos). Em 2016, a referida isenção, que também se encontra registrado em conta específica de receita, totalizou R\$ 4.502.882,76 (Quatro milhões, quinhentos e dois mil, oitocentos e oitenta e dois reais e setenta e seis centavos). **9.2 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros Pessoa Física.** Tal isenção se encontra registrada em conta específica de receitas sendo que no exercício de 2017 atingiu um montante de R\$ 5.529,48 (Cinco mil, quinhentos e vinte e nove reais e

quarenta e oito centavos). Em 2016 o referido valor de receita totalizou R\$ 26.444,53 (Vinte e seis mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e três centavos). **9.3 - Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição Filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no Exercício de 2017 foi de R\$ 1.252.801,49 (Um milhão, duzentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e um reais e quarenta e nove centavos). Tomando-se por base os recursos recebidos em 2016, esse montante foi de R\$ 1.136.542,18 (Um milhão, cento e trinta e seis mil, quinhentos e quarenta e dois reais e dezoito centavos). **9.4 - Trabalho Voluntário:** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outros tipos de voluntariado. Em 2017, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 8.706,45 (Oito mil, setecentos e seis reais e quarenta e cinco centavos). Em 2016 o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 7.660,22 (Sete mil seiscentos e sessenta reais e vinte e dois centavos). **10 - Ajuste a Valor Presente (Res.CFC nº 1.151/09 NBC TG 12):** Em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisar os saldos contábeis dos itens que estão compostos os Ativos e Passivos Não-Circulantes da Entidade, a Administração entendeu que apenas em alguns casos de aquisição de Ativo foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente, pois essas rubricas (elementos dos Ativos e Passivos Não-Circulantes) não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09, que aprova NBC TG 12. Descreveremos a seguir, as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma: - Todas as transações que dão origem aos ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente da data do seu reconhecimento; - As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido e que, em caso de dúvida, deve ser regido pela Resolução 1.187/09 que aprova NBC TG 30, que trata de receitas; e - Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente.

11 - Seguros: Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade. **12 - Exercício Social:** Conforme estabelece o Art. 41 do Estatuto Social da Instituição, o Exercício Social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31 de Dezembro de 2017.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor-Presidente da SPDM

Dr. Luiz Fernando Haigag Djabraian - Diretor Técnico

Angélica da Silva Capucci - Contadora - CRC 1SP284.354/O-4

Opinião: Examinamos as Demonstrações Contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Ambulatório Médico de Especialidades Maria Zélia que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é res-

ponsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de

auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 29 de março de 2018. **Audisa Auditores Associados - CRC/SP 024298/O-3. Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior - Contador - CRC/RS 058.252/O-1 - CVM: Ato Declaratório Nº 7710/04. Alexandre Chiaratti do Nascimento - Contador - CRC/SP 187.003/O-0 - CNAI - SP - 1620.**

Transparência na gestão financeira das empresas e democratização das informações

Tudo o que você quiser saber sobre os balanços das empresas, você encontra gratuitamente no site.

www.imprensaoficial.com.br

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

The screenshot displays the homepage of the Imprensa Oficial website. At the top, there are navigation links for 'Portal do Governo', 'Cidadão.SP', 'Investe SP', and 'Destaque'. Below this is a search bar with the text 'busca por palavra desde maio de 1891' and a 'Buscar' button. There are also links for 'busca por edição desde maio de 1891' and 'Empresarial'. The main content area features several service tiles: 'Diário Oficial' with a search bar, 'IPVA Valores Venais 2018', 'Notificação IPVA FINAL DE PLACA 8', 'ARTIGO 115 Cargos, Empregos Públicos e Funções-Atividades da Administração', 'negócios públicos', 'consulta de balanços', 'consulta de leis e decretos', 'Junta comercial', 'e-negocios.informa', and 'DO.informa'. Each tile includes a brief description of the service and a 'saiba mais' link.